

---

RASCHE, Vânia Maria Moreira. *The discarded children: the creation of a class of misfits amongst the poor in brazilian schools. A case study of first grade. Michigan – EUA, Universidade de Michigan, 1979, Tese de Doutorado.*

O presente estudo tem por objetivo procurar caminhos para “um melhor entendimento do fenômeno de socialização das crianças pobres nos valores da classe média, através de suas experiências na 1ª série, e quem ou o que pode ser acusado pelo fracasso das crianças pobres na escola” (p. 44).

Para a fundamentação da escolha da metodologia a autora faz referências a Berger, no que diz respeito à análise fenomenológica, a Piaget, no que se refere à observação naturalística, e a Barritt e Suransky, em termos de metodologia alternativa de pesquisa.

Remete-se ainda a: Piaget e Ginsburg, na explicação da função simbólica na criança; Wilson, Barker, March, Ryan e Basaglia, na análise da escola como instituição; Bourdieu e Passeron, Cunha e Cave e Chesler, no que se refere à escola e à violência (física, psicológica e simbólica); Berger e Ginsburg, sobre os testes; Freire e Moreira, na análise de impossibilidade da aprendizagem da leitura em 180 dias; Ryan, sobre o processo de acusação da vítima; Szasz, Scheff e Goffman, para o desvio individual; e novamente Freire, em sua análise da educação como um processo de dominação.

A autora definiu como problema da pesquisa o seguinte:

“(...) No Brasil seguimos a ideologia americana da ‘privação cultural’ e da culpabilização do meio da criança como responsável pelo fracasso escolar, evitando-se colocar a escola como responsável pelo fato (...)”.

O presente estudo apresenta a antítese do postulado acima e analisa o problema pelo ponto de vista do “que acontece dentro da escola”, procurando as causas na escola para a explicação “do fracasso escolar” (p.2).

A metodologia utilizada é a de observação participante, com ênfase “na significação do fenômeno para o sujeito”, o que coloca o observador “numa outra dimensão dos fatos: aquela do próprio sujeito” (p.46). Não há preocupação em medir o fenômeno e sim sua determinação e a origem do seu significado.

A autora acredita que “o comportamento humano é influenciado pelo cenário em que ocorre” (p. 47) e privilégia, portanto, a observação naturalística.

A amostra se constitui de duas escolas: uma à qual se deu o nome de “Ghetto School” “porque expressa bem o tipo de população segregada que vai para essa escola” (p. 33), outra que se chamou de “Mixed Neighborhood School”, já que está localizada numa área mista, onde “as casas ricas estão afastando as mais pobres” (p. 34).

O interesse da autora era o de “contrastar as duas escolas. As crianças que vão para as duas escolas são consideradas pobres, mas aquelas que vão para o ‘Ghetto School’ são consideradas um pouco mais que pobres: são marginais” (p. 34).

Das duas escolas analisadas, foram observadas cinco turmas. Nessas cinco turmas, foram estudadas dez crianças (seis da “Ghetto School” e quatro da “Mixed Neighborhood School”), consideradas como exemplos da discriminação dentro da escola.

Na “Ghetto School” foram entrevistados especialistas do SOE (Serviço de Orientação Educacional), CAE (Centro de Apoio ao Educando), SOPE (Serviço de Orientação Pedagógica), o antigo e o novo diretor e o especialista em linguagem.

Na “Mixed Neighborhood School” foram entrevistados o SOPE e a diretora.

Ainda foram entrevistados 5 professores e 54 pais (50 mães, 2 pais, 1 madrinha e 1 avô), sendo que 13 das entrevistas foram incluídas no

relatório e as outras 41 "ajudaram a construir um melhor entendimento da cultura do silêncio" (p. 49).

As observações foram feitas de maio a setembro do ano letivo. A partir delas surgiram muitas das questões que foram levadas às entrevistas, como também, alguns dos temas explorados ao longo do relatório.

As observações foram organizadas em torno dos seguintes fatos centrais:

- "fatos sobre a escola: regras e valores do pessoal institucional; a filosofia subjacente; os problemas enfrentados no dia-a-dia;
- dentro das salas de aula: a rotina diária; a atitude da professora em relação ao grupo; os métodos de controle; a própria professora;
- do grupo, as crianças foram observadas individualmente. Os casos descritos são aqueles que melhor mostram a estrutura desviante do sistema" (p. 48).

Os estudos de caso podem ser assim relacionados: Pedro, um dos transferidos para outra turma (uma criança que "perturbava" tanto que acabou numa instituição para doentes mentais); Rosaura e Emerson, ambos enviados para avaliação psicológica, a primeira, porque chupava o dedo, o segundo porque cheirava a pipi; Justina, predileta da professora; Renato, promovido "porque os pais se importam"; e, Marcos, o "eterno bode expiatório", o "rebelde que se rendeu" (p. 162).

Na "Mixed Neighborhood School": Fabiana e Leonardo, os rejeitados; Rodrigo, um bom aluno que não obedecia às regras, "o rebelde que não se rendeu" e Sílvio, o garoto que se recusava a entrar na sala de aula e acabou "conciliando".

Depois das observações foram feitas as entrevistas que serviram para tornar mais claros os fatos já observados, ou "para mostrar diferentes perspectivas das pessoas neles envolvidos (...)". Os estudos de caso das crianças foram realizados com base nas entrevistas das próprias crianças, dos seus pais e nas análises dos desenhos das crianças.

As entrevistas com as professoras se deram como forma de elucidar a análise de cada escola.

Finalmente, com o título "Os temas que emergiam do estudo", a autora apresenta as principais conclusões do trabalho, com apreciações teóricas sobre esses mesmos temas:

1. Partindo da análise da escola como instituição, e uma instituição da violência, a autora discrimina os três principais tipos de violência:

a) **violência física**, exemplificada por algumas de suas observações, como: não permitir aos alunos ir ao banheiro quando têm vontade; obrigar as crianças a ficarem sentadas durante 2 ou 3 horas; puxar as orelhas, sacudir a criança com força; fazer a criança ficar em frente da sala, em pé, olhando para a parede, durante meia hora, uma hora ou até mais (p. 299).

b) **violência psicológica**, a que são submetidas as crianças, na negação das suas capacidades: de comunicação (pela própria arrumação da sala); de socialização ("Você vai levar uma anotação para casa, hoje"). Comentário de uma professora a uma menina que estava ajudando um menino que não conseguia ler (p. 240) e de questionamento. Além disso há uma velocidade pré-determinada de ensino, e as crianças ou se submetem a ela, e podem ser bem sucedidas, ou não se submetem e invariavelmente fracassam. A comparação está profundamente enraizada na cabeça das professoras e, por conseguinte, a individualidade da criança não é respeitada; há fortes danos psicológicos, provocando baixa auto-estima e desvalorização de suas potencialidades (p. 300).

Há ainda, o que foi chamado pela autora de sistema de ameaça, utilizado nas salas de aula como controle social. Nesse caso, a criança aprende a trabalhar sob a pressão de ser punido se não se comportar de acordo com os padrões da professora (p. 301).

c) **violência simbólica**, "o que vi nas escolas é o sistema construído dentro dos padrões e valores da classe média, organizado de tal maneira que não exija um esforço 'extra' de uma criança dessa classe para ser bem sucedida na escola. As escolas nunca são acusadas pelo fracasso, por não serem preparadas para a criança pobre" (p. 301).

**2. Os serviços administrativos (sic) nas escolas como efetivo instrumento de controle social.** Dentre elas o serviço de psicologia é o que tem maior controle e maior prestígio. O rótulo "problemas emocionais", muito utilizado, é um dos maiores desencadeadores de discriminação dos alunos. O poder desses serviços é tão grande que, sem qualquer explicação, a criança é rotulada e passa a ser tratada como doente.

Outro fato interessante é o das próprias professoras acharem que esses serviços não são de muita ajuda, apesar de se valerem deles, ou de se mostrarem bastante condicionadas à decisão do SOPE de que "NE-NHUM ALUNO dos grupos que tiveram baixo resultado no teste ABC deveria passar para a 2ª série porque não estava ainda pronto" (p. 158).

Pode-se dizer que "as especialistas em linguagem foram as únicas profissionais pertencentes ao CAE que tiveram maior envolvimento com alunos e professoras. Apesar disso, não as vi uma só vez nas salas de aula. Elas esperam, nos seus escritórios, por aquelas crianças 'com problemas' para que entrem e sejam ajudadas" (p. 305).

"A impessoalidade desses serviços através do rótulo de suas especializações (...) foi um fato claro nas escolas e uma forma efetiva de manter uma distância social entre professores e alunos. Na maioria das vezes a estrutura autoritária era mantida através de uma imagem de eficiência" (p. 306).

**3. Depois de sua análise da escola como instituição, a autora passa a fazer considerações sobre a escola como um local de discriminação social. Para tanto, ela conclui quais seriam os mecanismos responsáveis por essa discriminação dentro da escola:**

a) a baixa qualidade do ensino nas escolas públicas, tanto no que se refere ao conteúdo empobrecido, como à forma de apresentar esses conteúdos.

b) os testes utilizados para separar as crianças que estão prontas a aprender a ler das "imaturas" focalizam "habilidades verbais e motoras", que são relativamente pouco criativas, e "ênfatizam diferenças

ao invés de similaridades entre as crianças". Além disso, "baseada nos resultados do teste a professora desenvolve expectativas em relação a seus alunos", o que é reforçado pelo fato de que as "melhores" professoras dão aula para os "melhores" alunos, e as professoras em treinamento ficam com "os imaturos". (...) É uma terrível maneira de determinar as habilidades da criança: pelo resultado de um único teste (p. 311).

c) aprender a ler em 180 dias, "o que novamente se constitui num sistema altamente discriminatório, já que muitas das crianças da classe média freqüentam o pré-escolar antes da 1ª série, enquanto as crianças pobres não. Quer dizer, as crianças de classe média vão à escola "prontas" para aprender a ler com todas as habilidades necessárias desenvolvidas, o que não acontece com a criança pobre". Este fato, inclusive, se constitui num "pesado fardo" para as professoras da 1ª série, que contam apenas com uma fraca formação (p. 312). "Além desses dois pontos (...) há outro aspecto, relacionado com o fato da criança ir à escola por apenas metade do dia. O sistema educacional está organizado de tal maneira que a ajuda dos pais em casa é uma necessidade" (p. 313). Se os pais ou alguém da vizinhança não podem ajudar, a criança acumula dúvidas que dificilmente serão tiradas em sala de aula. Junta-se aos fatores já mencionados a alta taxa de absenteísmo entre as professoras e a pobreza do material disponível.

d) o conteúdo, estranho à realidade da criança pobre, além do significado das palavras, o vocabulário, as diferentes pronúncias, os "bons" modos que têm de ser aprendidos, a estrutura das frases, a maneira de expressar o pensamento, são fatos que vão contra todos os princípios ensinados em casa na sua primeira socialização" (p. 316). São fatos que tornam traumática a primeira experiência na escola.

e) o processo de acusação da vítima pode ser exemplificado por uma professora responsável por uma turma considerada "lenta" na "Ghetto School". "Cleo, depois de me dizer que, a princípio, não gostava da idéia de ensinar na 1ª série, falou do modo como foi convencida: "a diretora me convenceu, dizendo que as crianças eram muito 'fracas' e não iriam ser, de qualquer maneira, promovidas à 2ª série. Então eu não me senti tão responsável" (p. 316).

A idéia é sempre de que a culpa pelo fracasso é da "família desestruturada, má nutrição, danos no cérebro causados por pobres cuidados pré-natais, promiscuidade, etc. (...) nunca de que a escola pode não estar preparada para a criança pobre" (p.318).

f) a criança considerada "imatura" ou "emocionalmente problemática" pode facilmente adquirir o "rótulo final de desviante. De uma certa maneira, os serviços destinados à professora na escola pública estão à procura de desviantes, e uma vez que os acha entre os alunos, o esforço é para legitimá-los" (p. 319).

O que se confirmou é que "o conceito de 'patológico' é usualmente o resultado de uma avaliação subjetiva, muitas vezes determinada por normas de um dado grupo social do qual faz parte o indivíduo avaliador" (p. 323).

g) do desvio individual chega-se ao desvio do grupo, do qual a teoria da privação cultural é a maior expressão. Por ela se eleva o conceito de doença para o nível grupal, e todas as crianças pobres carentes são consideradas desviantes das normas e valores da classe média.

4. Nas suas considerações sobre o processo educacional estão discriminados os seguintes aspectos:

a) a educação bancária, ou a educação como exercício de dominação, onde se dá um fim à brincadeira, ao prazer de procurar e descobrir por si só, se restringe a mobilidade física ao mínimo, se reforça a docilidade e passividade, pondo um fim à criatividade, onde, enfim, o professor, centro das atividades, se ocupa em "encher" a cabeça dos alunos, doutrinando-os de modo a que eles desvalorizem suas idéias, tenham medo de fazer perguntas e aceitem sem questionar o que lhes é mostrado (p. 320).

b) o espaço nas salas de aula "denota o conceito de vazio relacionado com os alunos, e o papel do professor em encher as suas cabeças com conhecimento". Outra coisa é a separação das crianças consideradas "lentas", que tem espaço diferente a ocupar. "O objetivo é puramente negativo e os alunos 'lentos' se acham isolados física e psicologicamente dos outros e têm menor atenção da professora que se ocupa com os médios e os fortes" (p. 331).

"As professoras se movem num espaço diferente daquele que é dividido pelos alunos. Não há compartilhamento do espaço", o que reforça ainda mais a distância social entre ambos (p. 332).

c) as professoras, figura central no processo, são as facilitadoras do mecanismo de discriminação social nas escolas. "Seu principal papel é transmitir, de modo passivo, o conhecimento aos alunos sentados diante dela" (p. 333). São as figuras da autoridade e punição, estabelecem as regras e, segundo as suas expectativas, dão tratamento diferencial aos alunos.

Num certo sentido, são também oprimidas, "manipuladas pelos mecanismos desenvolvidos para levar adiante as políticas educacionais" (p. 333).

Há ainda um outro aspecto que diz respeito à forma como as próprias professoras encaram a sua profissão, ou seja, como uma atividade secundária (p. 335). E ensinar é, nas suas vidas, mais uma imposição do que uma livre escolha.

d) em relação às crianças "a instituição não trabalha PARA e sim CONTRA elas (...) Eu (a autora) sinto que professoras e pessoal administrativo esqueceram a dimensão humana das crianças. (...) Há, no entanto, um envolvimento diferente da professora da turma onde estão os que obtiveram bons resultados no teste ABC, nesse caso, ela tem que ensinar, porque desses alunos se espera alguma coisa" (p. 337).

e) os pais "aceitam sem muita argumentação o fato de que seus filhos não 'dão' para o trabalho escolar. Há conformismo e cega aceitação quanto ao que se dá na escola. Apenas uns poucos reclamaram do que aconteceu durante o ano escolar: absentismo e pouca instrução" (p. 339).

Um último aspecto diz respeito à análise "de todo o sistema educacional apenas pelo ponto de vista de falta de vagas, então, novamente se torna óbvio que os professores sejam doutrinados em termos de eliminar os alunos desde a 1ª série, através da culpabilização da criança (...) No caso da 'Ghetto School', por exemplo, se eles promovessem todas as 390 crianças matriculadas em 1978, da 1ª para a 2ª série, que no mesmo ano contava com a metade de alunos devido à evasão e

---

repetência, a diretoria da escola teria que cortar pela metade a admissão de alunos para a 1ª série, porque não haveria lugar suficiente para todas as crianças e nem professoras para todos. Esse fato provavelmente iria fazer com que os pais se perguntassem porque tantas crianças na 'Ghetto' não foram aceitas na escola. Logo, é melhor para o sistema educacional fazer com que todos acreditem que a criança pobre é incapaz de levar adiante o trabalho escolar" (p. 342).

O fato de se levantar o tema da discriminação social dentro da escola com o cuidado de se detalhar quais os principais mecanismos que concorrem para esse fim, é da maior importância. É com o aprofundamento dessa questão que se poderá concluir quais os fatores intra-escolares mais determinantes para o fracasso.

Nesse sentido é também interessante a abordagem feita pela autora, do fenômeno da evasão e repetência na 1ª série: (1.º) de que tal fenômeno se constituiria numa das formas de discriminação social, sendo dessas a mais radical; (2.º) de que o fracasso é construído dentro da escola, durante o ano letivo, sendo por isso apenas a eclosão de um processo desencadeado desde a entrada do aluno no 1.º dia de aula, e, (3.º) de que por mais que se tenha conhecimento desse fenômeno, pouco se sabe sobre a maneira como a criança o enfrenta, ou seja, as reações individuais ou grupais à discriminação.

A metodologia adotada permite, pela postura tomada pela pesquisadora, aberta à observação de todas as situações que ocorressem na escola, uma leitura minuciosa de como se dá o dia-a-dia escolar. Pode-se, pela descrição das observações e pelas entrevistas, ir formando um quadro bem claro do processo de discriminação que ao longo de todo um ano se reforça.

A análise da trajetória de algumas crianças possibilita não só ilustrar a arbitrariedade dos rótulos que lhes são conferidos, como permite perceber a sua irreversibilidade. Isso quer dizer que a criança "com problemas emocionais", "com problemas de lateralidade", etc., é aquela que, infalivelmente, repete. Além disso, através desses pequenos estudos de caso fica clara a alienação da escola em relação a seus alunos. Com apenas uma entrevista dos pais é possível entender muitos dos comportamentos dos alunos em sala de aula. Por que, então, a escola não se utilizaria desse instrumento? Por que as entrevistas feitas com os pais, pelos especialistas e professores, só servem para confirmar diagnósticos anteriores? São questões como essas que vão surgindo no decorrer da pesquisa e que nas considerações finais são analisadas teoricamente. Há, portanto, o maior cuidado em manter um elo inteligível entre as considerações teóricas e o que se analisa: temas que emergem da observação do cotidiano escolar.

Pode-se dizer que a generalização desse estudo de caso é compreensível, desde o momento que as análises finais se constituem em forte elemento para um melhor entendimento da questão da discriminação social nas escolas. A descrição das observações se dá de maneira tão precisa que é possível identificá-las com situações semelhantes, reconhecê-las como situações presentes na maioria das escolas públicas. Nesse caso, as interpretações dessas situações e suas análises teóricas são da maior importância, não só para o aprofundamento do que se conhece em torno da questão da discriminação, como também das formas particulares em que esta ocorre.